

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.145 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2000

FUNDOS
CONSTITUCIONAIS
PODERÃO TER JUROS
MAIS BAIXOS

PÁGINA 2

SUPPLY QUER
INFORMAÇÕES SOBRE
CREDORES EXTERNOS
E INTERNOS

PÁGINA 6

CCJ VOTARÁ PEC
QUE ACABA COM A
REELEIÇÃO PARA
PREFEITOS

PÁGINA 7



O presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto (ao microfone), defende a criação de um órgão de controle interno na Justiça do Trabalho

Senadores questionam TST sobre obra do fórum paulista

Três ex-presidentes foram indagados pela Subcomissão do Judiciário sobre as razões que levaram o tribunal a autorizar a repactuação do contrato para dar continuidade à construção do prédio. O ministro Ernes Pedrassani esclareceu que sua decisão baseou-se em parecer da auditoria do TST

PÁGINAS 3 E 4



Nos painéis, os retratos de centenas de brasileiros mortos nos últimos meses vítimas do aumento da criminalidade

Exposição mostra a face da violência

Centenas de fotos de vítimas da violência no país compõem uma exposição inaugurada ontem no Congresso. A iniciativa faz parte da campanha "Basta, eu quero paz", iniciada no mês passado.

PÁGINA 8



Ao lado da atriz Fernanda Montenegro, o senador Antonio Carlos Magalhães recebe o abraço da escritora Zélia Gattai, durante evento na Feira do Livro em Salvador

**FEIRA DO LIVRO ATRAI
GRANDE PÚBLICO NA BAHIA**

PÁGINA 6

Comissão quer baixar juros dos fundos constitucionais

Jonas Pinheiro informa que está negociando com o governo a queda dos encargos dos empréstimos e o refinanciamento das operações em atraso. Medida provisória que trata do assunto deverá ser reeditada

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da comissão mista que aprecia a medida provisória dos fundos constitucionais, informou ontem que está negociando com o governo a queda dos juros para empréstimos com recursos dos fundos do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Outro ponto das negociações é o refinanciamento das operações em atraso.

A comissão apreciaria ontem o relatório do deputado Francisco Garcia (PFL-AM), que previa o corte dos juros e as condições do refinanciamento, mas a pauta ficou para nova reunião a ser marcada para o período de esforço concentrado do Congresso, entre 12 e 14 de setembro. Até lá a MP, cuja vigência se encerra no próximo dia 27, será reeditada. Dessa forma, espera-se que o projeto de conversão possa ser votado pelo Congresso em outubro.

— Se o governo não reeditar a MP com as novas taxas e regras para o alongamento da dívida, certamente as mudanças constarão do projeto de conversão da



Jonas Pinheiro observa que as taxas previstas são do tempo em que a inflação estava muito alta

medida — disse Jonas Pinheiro.

Segundo o senador, a idéia é que os juros caiam do intervalo de 9% a 16% para a faixa de 4% a 8,7%, a exemplo do que já é cobrado nos empréstimos agrícolas concedidos pelo Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste. Jonas Pinheiro explicou que as taxas previstas na MP são de um tempo em que a inflação estava muito alta. Sobre essas taxas ainda seria aplicado um “rebate” (redução), de acor-

do com a região do tomador. Regiões como a do semi-árido nordestino teriam redução maior.

Jonas Pinheiro acredita que, com a queda dos juros, os agricultores tenham mais facilidade para contratar operações de crédito, melhorando sua renda e gerando empregos no campo. Ele informou que este ano foram alocados R\$ 1,2 bilhão para os fundos do Centro-Oeste (FCO) e do Norte (FNO) e R\$ 900 milhões para o fundo do Nordeste (FNE).

Quanto ao alongamento dos débitos, o senador explicou que deveria se dar em condições semelhantes às da renegociação para o setor agrícola aprovada no ano passado pelo Congresso — ou seja, em 20 anos, com taxas variando conforme o valor do débito. Só que, ao invés de juros de 6%, 7% e 8% (para dívidas de até R\$ 500 mil, de R\$ 500 mil a R\$ 1 milhão e acima de R\$ 1 milhão, respectivamente), as dívidas com os fundos seriam renegociadas a taxas de 4%, 5% e 6%.



Álvaro Dias considera “predador” o modelo de privatização adotado no país

Álvaro defende plebiscito sobre novas privatizações

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto que prevê a realização de plebiscito sobre a privatização de empresas de energia elétrica e de saneamento. O senador esclareceu que não é contra a prática da privatização, mas considera predador o modelo adotado no país. Por isso, é favorável a que a sociedade decida sobre as medidas do governo.

— Meu projeto pretende impedir que uma empresa de energia ou de água seja privatizada sem consulta popular. Por isso instituí o plebiscito como condição básica para que qualquer governo possa iniciar o processo de privatização das empresas nesse setor. É claro que muitas delas já foram privatizadas, restam algumas. O

que se pretende com esse projeto é exatamente debater o assunto e, quem sabe, até dificultar a privatização das empresas que ainda restam — explicou.

O parlamentar acrescentou que durante décadas o poder público investiu pesado nas áreas de energia elétrica e saneamento e que grande parte da dívida externa brasileira se deve aos financiamentos contratados para sanar problemas desses setores. Para ele, não se justifica que o governo transfira agora para o setor privado empresas estratégicas e de fundamental importância para a população, depois que grandes investimentos foram feitos e que custos sofreram significativas amortizações.

Rocha sugere proibição de nepotismo nas nomeações para tribunais de contas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou proposta de emenda constitucional que proíbe a escolha de parentes até segundo grau do presidente, do vice-presidente da República, de governadores e de vice-governadores para os cargos de ministros dos tribunais de Contas da União (TCU), dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Rocha explicou que a proposta tem como objetivo coibir a troca de favores entre autoridades federais e estaduais, que comprometeria a legitimidade do sistema político do país. De acordo com o parlamentar, a indicação de mi-

nistros dos tribunais de contas está contaminada por práticas de favoritismo, em flagrante desrespeito aos princípios constitucionais da moralidade administrativa, observado principalmente nos estados.

— No Amapá, por exemplo, o governador João Capiberibe nomeou sua irmã para conselheira do Tribunal de Contas estadual. O ex-governador Marcelo Alencar, no Rio de Janeiro, nomeou também seu filho para conselheiro do Tribunal de Contas. Que condição tem uma pessoa dessas para fiscalizar as contas do governo do estado? — questionou.



Rocha aponta “desrespeito aos princípios constitucionais da moralidade administrativa”



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

10h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

Brasil 500



JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Relator questiona repactuação de contrato do TRT-SP

José Jorge pede explicação a ex-presidente do TST para a concordância com o aditivo relativo à obra do fórum trabalhista de São Paulo, mesmo depois de ter recebido informações sobre irregularidades na construção

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), questionou ontem o ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Hermes Pedro Pedrassani, por haver concordado com a repactuação de contrato para a construção do fórum trabalhista de São Paulo, mesmo após ter recebido do Ministério Público informações sobre irregularidades registradas na construção.

O pedido de reequilíbrio financeiro do contrato foi encaminhado em junho de 1998 ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao TST. O TCU esquिवou-se de responder, alegando que o assunto não era de sua alçada. O TST aceitou o pedido, segundo Pedrassani, baseado em informação transmitida pelo então presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Délvio Buffolin, de que 80% das obras do fórum já estavam concluídas e que o TRT havia sido obrigado a atrasar pagamentos à empresa vencedora da licitação, a Incal.

— O que a direção do TRT fez naquele momento foi procurar dividir a responsabilidade por uma obra que já estava mais do que enrolada, uma vez que 98% dos recursos destinados a ela já haviam sido repassados à empresa vencedora da licitação e a construção estava longe de ficar pronta — afirmou José Jorge, contestando a in-

formação divulgada pelo TRT de que 80% dos trabalhos do fórum estavam concluídos.

ADITIVOS

O relator da subcomissão lembrou ainda que o TRT havia acertado com a Incal três aditivos ao contrato inicial, sem consulta ao TST. E que somente no momento em que se tornava mais difícil a liberação de recursos para a construção do fórum a direção do TRT decidiu ouvir a opinião do TCU e do TST. “O TCU disse que o assunto não era com ele e Vossa Excelência poderia ter feito o mesmo”, disse José Jorge ao ex-presidente do TST. “Teria sido mais ponderado”, observou.

Pedrassani relatou que enviou o pedido do TRT à Secretaria de Auditoria do TST, que deu parecer favorável à reivindicação. Baseado nessa resposta, aceitou o pedido do tribunal regional. “Respondi no plano técnico-jurídico”, afirmou. Pouco antes, em sua exposição inicial à subcomissão, o ex-presidente do TST — entre agosto de 1996 e agosto de 1998 — disse ter cogitado com os demais ministros do tribunal a intervenção no TRT de São Paulo e a criação de um conselho superior da Justiça do Trabalho.

— Talvez devesse ter insistido na criação do conselho e ter sido mais policialesco na minha atividade — reconheceu Pedrassani. Ele recordou, no entanto, as dificuldades enfrentadas pelo TST durante inter-



O atual e ex-presidentes do TST falam na subcomissão, presidida por Calheiros (C), ao lado do relator José Jorge

venção feita no TRT da Paraíba e o peso político do TRT de São Paulo, ao explicar por que não foi adiante na idéia da intervenção. “Sentimos muito frágeis para chegar ao TRT de São Paulo e não temos estrutura administrativa e técnica para uma empreitada dessa natureza”.

CONSELHO

O atual presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto, disse que está disposto a levar adiante a proposta de Pedrassani de se criar um conselho da Justiça Trabalhista. Ele recordou ter sido contrário, desde o início, à construção de um grande fórum trabalhista na cidade de São Paulo. Tanto por causa da dificul-

dade de acesso da população ao novo prédio quanto pelo projeto colocado em prática.

— Para os advogados e juizes é uma facilidade, mas não para as partes e para os funcionários, que têm de enfrentar os problemas de trânsito de São Paulo — comparou Pazzianotto, ao defender a descentralização das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT. “Além disso, não queriam apenas mais um prédio, e sim uma grande pirâmide, uma monumental obra de arte”, afirmou.

O ministro Wagner Antônio Pimenta, que presidiu o TST de agosto de 1998 a julho de 2000, disse à subcomissão que durante sua ges-

ção “nenhum tostão” foi repassado à obra do fórum trabalhista de São Paulo. Ele defendeu o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle do Poder Judiciário e disse que não cabe a tribunais a construção de prédios. O ministro José Ajuricaba da Costa e Silva, presidente do TST entre fevereiro de 1995 e maio de 1996, afirmou que o repasse de verbas para a obra do fórum não era feita pelo TST, mas sim pelo TRT de São Paulo. Ele encaminhou à subcomissão documentos em que abre mão de seus sigilos bancário e telefônico, além de cópias de suas declarações de renda de 1993 a 1999.

Ex-presidente admite que solicitou recursos orçamentários para obra

O ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho Wagner Pimenta admitiu que, em janeiro do ano passado, enviou ofício ao então relator do Orçamento Geral da União, ex-deputado Hélio Rosas, pedindo recursos para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. “Na verdade, pedi providências contra o corte das verbas destinadas à Justiça do Trabalho como um todo, corte que chegou a 90%. Incluí o tribunal paulista no ofício por insistência do presidente do TRT, Floriano Vaz”, disse Wagner Pimenta.

A pergunta sobre o ofício foi do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) na audiência de ontem da Subcomissão Permanente do Judiciário (SPJ) que investiga o desvio de verbas da obra do TRT de São Paulo. “Realmente, citei o TRT de São



Pimenta: pedi providências contra o corte de verbas destinadas à Justiça do Trabalho

Paulo, mas, como pode ser lido no ofício, não emiti juízo de valor, não defendi a obra. Apenas atendi a um pedido do juiz Floriano Vaz”, disse Pimenta. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e o

próprio relator da SPJ, senador José Jorge (PFL-PE), perguntaram por que incluir o TRT paulista no ofício, se já era público que havia irregularidades na obra. “Realmente, desde agosto do ano anterior, sabia-se que havia irregularidades e que a Procuradoria-Geral da República havia pedido que não houvesse mais liberação de verbas para o TRT de São Paulo. Deve ter havido um truncamento

de informações, um equívoco”, disse Wagner Pimenta, presidente do TST até julho deste ano.

APOSENTADORIA

O senador Eduardo Suplicy quis saber por que, até hoje, o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto continua recebendo aposentadoria, mesmo na condição de réu e de foragido da Justiça. O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, disse que não poderia, por conta própria, suspender o pagamento. “O ex-juiz Nicolau foi aposentado pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, e não pelo TST”, disse Pazzianotto. O ministro Wagner Pimenta acrescentou que a Lei Orgânica da Magistratura não permite uma suspensão de aposentadoria sem um processo transitado em julgado.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou então que sua falecida mãe tinha, de tempos em tempos, que provar que ainda estava viva, para receber a pensão que recebia pela morte do marido. “Como é então que um foragido da Justiça não pode ter sua aposentadoria suspensa? E se ele estiver morto?”, perguntou Alcântara. “Se ele estiver morto, todo o processo morre, porque aí não haveria réu”, respondeu Pazzianotto. “Não posso é violar a lei, criar um precedente”, rebateu. Suplicy acrescentou que espera que, pelo menos, os US\$ 7 milhões que Nicolau tem nas Ilhas Cayman “não se desmanchem no ar, como o ex-juiz”.

A cobertura da Subcomissão do Judiciário continua na Página 4

Provisionamento é prática inconstitucional, diz Lando

A transferência de sobras orçamentárias de um TRT para outro não poderia ter ocorrido, afirmou o senador, mesmo com aprovação do TCU

O senador Amir Lando (PMDB-RO) classificou de inconstitucional a “prática rotineira” na Justiça do Trabalho de repasse de recursos entre os diversos tribunais do país a título de “provisionamento”. Por esse motivo, Amir Lando apresentou ontem, durante reunião da Subcomissão Permanente do Judiciário, requerimento para que seja enviada a relação de todos os pedidos de provisionamento que envolveram o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo a partir de 1992.

O provisionamento se dá quando há sobras orçamentárias em um tribunal regional, que são repassadas para outro que precise de dinheiro ou material, com a autorização do TST. Amir Lando disse que houve provisionamento de sobras orçamentárias do TRT da Paraíba para o de São Paulo, e perguntou se essa é uma prática regular na



Lando pediu a relação de todos os pedidos de provisionamento que envolveram o TRT-SP

Justiça do Trabalho.

Durante a audiência, o ministro José Ajuricaba, presidente do TST nos anos de 1992 e 1993, respondeu que “é uma prática rotineira, e que recebeu a bênção do Tribunal de Contas da União (TCU)”. Lando afirmou que a Constituição não pode ser violada por atos de rotina, mesmo com a concordân-

cia do TCU. O senador quis saber ainda se, para solicitar a liberação de verbas, os presidentes do TST precisam ter contato com ministros ou com parlamentares.

Tanto o atual presidente do tribunal, Almir Pazzianotto, como os três anteriores disseram que tinham sempre de dirigir-se aos ministros da Fazenda e do Planejamento e aos parlamentares relatores-gerais do Orçamento da União ou relatores setoriais do Judiciário. Mas nunca tiveram qualquer contato com o secretário-geral da Presidência da República, seja antes ou depois da passagem pelo cargo de Eduardo Jorge. “Se enviássemos apenas um ofício, o mais provável era não ter qualquer resposta. Por isso, sempre fomos obrigados a visitar pessoalmente o ministro ou o parlamentar para pedidos de verba”, esclareceu Wagner Pimenta, ex-presidente do TST.

Pazzianotto é contra conclusão do prédio do TST

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, afirmou que é “totalmente contrário” à conclusão do prédio inacabado do TST, em Brasília, porque considera a obra inoportuna e inadequada à realidade brasileira. “Mas, infelizmente, fui voto vencido. Todos os outros juízes do tribunal defendem a construção, e como a maioria é sábia, eu me rendo a ela”, disse. Em resposta ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) na audiência de ontem da Subcomissão Permanente do Judiciário, Pazzianotto observou que a construção de grandes prédios não resolverá o problema de sobrecarga da Justiça do Trabalho. Como solução, ele sugeriu uma mudança radical na legislação trabalhista, que considera obsoleta.

— Precisamos mudar os artigos 7º e 8º da Constituição brasileira e mais dez artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, principalmente o artigo 477. Essas mudanças já garantiriam um desafogo considerável da Justiça do Trabalho, e dispensaria a construção de um prédio daquele porte — declarou Pazzianotto.

Simon afirmou que tanto o Judiciário como o Legislativo, em todos os níveis, “abusaram da suntu-

osidade, do luxo e do desperdício a partir do regime militar de 1964”, à medida que perdiam poder.

O presidente do TST que antecedeu Pazzianotto, Wagner Pimenta, explicou que o projeto de Oscar Niemeyer para o TST era realmente exagerado, e foi bastante reduzido, apesar dos protestos do arquiteto. Pimenta afirmou que a obra está parada desde dezembro último por falta de verbas, e que a situação da Justiça do Trabalho quanto ao espaço físico “é desesperadora”.

Pimenta relatou que o TST está com suas atividades espalhadas por seis prédios, e que em um deles, próximo à rodoviária de Brasília, há processos empilhados cobertos por plástico preto e ameaçados por infiltrações de água. “Não é uma obra faraônica e nem natimorta, e deveria ficar pronta até o fim deste ano. Mas, na marcha em que vai, ou será concluída em 18 anos ou nunca mais”, disse Wagner Pimenta.

O senador Pedro Simon respondeu que reconhece a precariedade física da Justiça do Trabalho. “Mas é uma situação excelente, se comparada à do povo brasileiro, que dorme debaixo de pontes”. Wagner Pimenta ressaltou que reconhece o estado de po-



Almir Pazzianotto: “A obra é inoportuna e inadequada à realidade brasileira”

breza do povo, e acrescentou: “O povo brasileiro não precisa julgar processos em volumes que atingem dois milhões e meio por ano”.

Almir Pazzianotto voltou a defender uma reforma na legislação trabalhista, que atualmente afasta investimentos, favorece apenas os empregadores — “porque permite um número de recursos infinito” — e sobrecarrega o trabalho da Justiça. O ministro José Ajuricaba discordou. Afirmou ele que boa parte da sobrecarga da Justiça do Trabalho deve-se aos planos econômicos dos últimos 15 anos, que possibilitaram demandas judiciais quase intermináveis. E acrescentou que os dez artigos da CLT citados por Pazzianotto são relativamente novos.



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

CARTAS

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 — A Voz do Cidadão

O Senado está de parabéns

A política como deve ser: aberta ao povo. Estou satisfeito com esse meio de informação, que é o *Jornal do Senado*, que vem contribuindo grandemente no meu enriquecimento de consciência e conhecimento a respeito do papel parlamentar. O Senado está de parabéns! Bom seria a transparência também em outros poderes.

Cosme Silva Nascimento, Itajuípe (BA)

Leitor sugere serviço para cidadão

Recebo os exemplares do *Jornal do Senado* há algum tempo. Seria interessante a criação de um serviço do tipo TV Senado Cidadão ou o E-Mail Cidadão. Já ouço a *Voz do Brasil*, mas acho pouco ainda para um estado democrático de direito.

Rodolfo Gobi Dias, Porto Alegre (RS)

Publicidade de cigarros e bebidas

Sou assinante desse precioso jornal. A única observação a fazer é o atraso na entrega do mesmo pelos Correios. Há acúmulo de até duas ou mais semanas! Como as notícias chegam com grande atraso, li sobre a proibição da publicidade de bebidas no mês de junho e ainda vejo utilizarem essa publicidade proibida no mês de julho, prova de que não é só o atraso na entrega do jornal: é também atrasado o cumprimento da lei.

José Luiz Gomes, Patos (PB)

Nota da Redação: O projeto que restringe a publicidade de bebidas e cigarros ainda está tramitando no Congresso Nacional, não tendo sido transformado, ainda, em lei.

Encarte sobre História do Brasil

Recebi, recentemente, encarte a um dos números do valioso *Jornal do Senado* um caderno com um ensaio sobre a Era Vargas. Gostaria que me remetessem os números anteriores. Queiram receber meus cumprimentos, os editores, pelo importante instrumento de comunicação das atividades do nosso Senado.

Lauda Leite Braga, Guará I (DF)

Notícias de suma importância

Pela presente vimos acusar o recebimento regular deste conceituado jornal e dizer-lhes que para a nossa cidade estas notícias são de suma importância. Para o seu conhecimento, cada exemplar é lido por mais de oitenta pessoas, pois faço parte da Loja Maçônica Fraternidade nº 03 em Pelotas, onde este jornal circula.

Vitólcor Salau, Pelotas (RS)

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

www.senado.gov.br

Hartung quer restringir voto secreto dos parlamentares

Ele propõe que seja aberta a votação de vetos, de cassação de deputados e senadores e de indicações para cargos públicos, entre outros itens

A realização de votações secretas para apreciação de vetos presidenciais e de cassação de mandato parlamentar pode estar com os dias contados. O líder do PPS no Senado, senador Paulo Hartung (ES), deve apresentar, em meados de setembro, proposta de emenda constitucional (PEC) que suprime a exigência de sigilo no exame dessas decisões, estendendo também o fim do anonimato do voto de deputados e senadores às manifestações sobre a escolha de ocupantes de cargos públicos de alto escalão e aos casos de exoneração de ofício do procurador-geral da República e de parlamentares flagrados na prática de crime inafiançável.

Ao justificar as alterações propostas à Constituição, Hartung enquadra sua iniciativa como uma demanda do regime democrático. "Na qualidade de representantes da população, é mais que lógico que os eleitores possam acompanhar como votam os parlamentares escolhidos por eles", afirma. O senador capixaba argumenta ainda que, como o Congresso não tem a missão de legislar em causa própria, mas em prol do interesse público, não tem "cabimento" manter o voto secreto nas situações citadas.

Embora a minuta original da PEC preveja voto aberto para



Paulo Hartung diz que sua proposta garante "transparência" às decisões tomadas pelos senadores e deputados federais

escolha de chefes de missão diplomática, o senador Paulo Hartung pode rever esse ponto. Segundo admitiu, sua posição foi influenciada por declaração do primeiro vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), alertando que, em situações que impliquem risco à liberdade, a primeira instituição atingida sempre é o Congresso. Como a sabatina de embaixadores pode envolver temas de interesse estratégico nas esferas comercial ou de segurança nacional, Hartung considera que a manutenção da sessão e votação secretas para esses casos seria justificável.

De todas as mudanças sugeridas, a mais ampla e profunda refere-se ao flagrante de crime inafiançável praticado por parlamentares. Além de determinar a votação pública por maioria absoluta dos membros do Senado ou da Câmara, dependendo da

Casa a que pertencer o acusado, a PEC acrescenta a permissão para sua prisão em flagrante, devendo haver deliberação apenas sobre o relaxamento da prisão e desautorização da formação de culpa.

Enquanto coleta as 27 assinaturas necessárias à tramitação da PEC, o senador Paulo Hartung defende a "transparência" que sua iniciativa pretende imprimir aos atos dos parlamentares. Ele reconhece que, historicamente, havia razão para a existência de algumas votações secretas no Congresso.

Mas ressalva que hoje, ao se avaliar os custos e benefícios desses processos, observa-se que algumas votações polêmicas revelam descompasso entre os interesses da opinião pública e o resultado final, levando todos os parlamentares a assumirem, de forma indiscriminada, o ônus da decisão tomada.

Sigilo foi introduzido pela Constituição de 1967

O sigilo na votação de matérias pelo Congresso Nacional foi incluído no texto constitucional pela primeira vez na Carta de 1967, quando se impôs caráter reservado ao julgamento de cassação de mandato decorrente de quebra de decoro parlamentar.

A norma vigorou apenas por dois anos, sendo revogada pela Emenda nº 1, editada pela junta militar em 1969, que excluiu da Constituição qualquer menção a *quorum* ou modalidade de voto. Essa possibilidade só foi resgatada, quase 20 anos mais tarde, pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

Além dos casos previstos na Constituição e alcançados pela proposta de emenda constitucional (PEC) do senador Paulo Hartung, o Regimento Interno do Senado exige sessão secreta para exame de declaração de guerra, acordo de paz, perda de mandato ou suspensão de imunidade de senador durante estado de sítio e escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente.

A tramitação da emenda proposta por Paulo Hartung deve passar, no Senado Federal, pelo crivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e por duas votações em Plenário.

Se for aprovada, segue para a Câmara, onde será avaliada pela Comissão de Constituição e Justiça e por comissão especial encarregada de analisar propostas de emendas constitucionais, devendo passar também por duas votações em Plenário.

Como a aprovação de mudanças no texto constitucional depende de *quorum* especializado — três quintos dos membros de cada Casa legislativa —, precisa contar com o voto favorável de 308 deputados e 49 senadores. Se a PEC sofrer alterações na Câmara, a matéria volta a ser submetida ao Senado. Caso contrário, segue para promulgação.

Alcântara alerta para risco de desertificação no país

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) chamou atenção ontem para o problema da desertificação que ameaça 60% do semi-árido nordestino. Ele pediu ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para impulsionar programas de maneira a evitar um agravamento da situação. O risco de desertificação ameaça 30% do território mundial e foi objeto de conferência das Nações Unidas no ano passado, em reunião realizada no Recife, informou Alcântara.

Para evitar o agravamento da situação, na opinião do senador, é preciso uma ação vigorosa envolvendo governo e sociedade. No Brasil, acrescentou, o risco de desertificação não está restrito ao Nordeste, atingindo inclusive áreas dos estados do Rio Grande do Sul, Tocantins, Rondônia, norte de Minas Gerais e até mesmo São Paulo e Paraná.



Foto: Fundação Joaquim Nabuco

O fenômeno já ameaça 60% do semi-árido nordestino e 30% do território de todo o mundo

Segundo Alcântara, em vez de conviver harmoniosamente com a natureza, por ignorância ou cobiça o homem tem desenvolvido ações tipicamente predatórias que estão na origem do avanço das áreas de deserto no mundo. Por outro lado, lamentou, a Humanidade tem-se mostrado impotente no combate ao fenômeno.

Projeto prevê acompanhamento de denúncias apuradas por CPIs

Projeto para que o Congresso passe a acompanhar os processos decorrentes de decisões de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) remetidos ao Ministério Público foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria encontra-se em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), elaborou parecer pela aprovação, na forma de um substitutivo.

Pelo texto do projeto, o Ministério Público deverá encaminhar à Casa legislativa onde ocorreu CPI informações circunstanciadas sobre o andamento dos processos no prazo de dez dias, sob pena de prevaricação. O senador argumenta ser fundamental para o Senado saber se estão sendo tomadas as



Alcântara: processo enviado ao Ministério Público deve ser acompanhado

providências solicitadas pelas CPIs à Justiça. Alcântara vale-se também do princípio constitucional da publicidade dos negócios públicos para justificar seu projeto. Para ele, esse acompanhamento é importante também para preservar a imagem do Senado. Isso porque, afirma, nem sempre

a sociedade entende os limites de atuação dos parlamentares.

— É muito comum se dizer que a CPI não dá em nada. Não dá em nada por quê? Porque acham que depois das suas conclusões o assunto é remetido ao Ministério Público, à Justiça, e não há conclusão sobre as providências requeridas pela CPI. Então, com isso eu desejei estabelecer uma situação que obrigasse o Senado a acompanhar — explicou Lúcio Alcântara.

Suplicy pede explicações a Malan sobre dívida pública

Senador cita dados do Siafi para mostrar o crescente endividamento e quer saber quem são os credores internos e externos do país. “Por que o ministro os defende com tanto fervor?”, indaga

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que apresentará na próxima semana requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre a natureza dos credores das dívidas interna e externa brasileiras. “Por que o ministro Pedro Malan defende com tanto fervor os credores?”, questionou o senador.

Segundo Suplicy, o requerimento solicitará informações detalhadas sobre os credores da dívida pública e os respectivos valores. Ele disse que o resultado da política de elevação da taxa de juros para atrair capital externo, até agora, foi a elevação da dívida interna de R\$ 170,3 bilhões em 95 para R\$ 407,8 bilhões em 99, enquanto a dívida externa cresceu de R\$ 154,8 bilhões para R\$ 423,8 bilhões no mesmo período.

— Os juros da dívida interna consumiram R\$ 12,1 bilhões em 1995 e R\$ 37,06 bilhões em 1999, passando de 1,7% para 3,4% do PIB, como



Suplicy diz que PT apóia a idéia de plebiscito sobre a dívida, mas “não falou em moratória”

pode ser verificado pelos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Já o Orçamento do ano 2000 fixou o valor de R\$ 78,1 bilhões para o pagamento dos juros da dívida pública interna e externa. Esse extraordinário montante indica o peso significativo do crescente comprometimento dos recursos do povo para pagar aqueles

que são credores da dívida — afirmou o senador.

Suplicy também comentou as declarações do ministro Pedro Malan em relação à iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de propor a realização de um plebiscito para que a população opine sobre a dívida pública.

— O PT não falou em moratória, como afirmou o ministro. Os partidos do Bloco Oposição apoiaram a iniciativa da CNBB, cujo objetivo é fazer a população pensar se é justo e adequado que parcela tão grande do Orçamento seja destinada ao pagamento de credores — explicou.

Projeto restringe uso de capuz em operações policiais

O Plenário poderá votar em turno único, na sessão deliberativa do próximo dia 12 de setembro, o substitutivo da Câmara ao projeto de lei originário do Senado que restringe o uso de capuz em operações policiais. A matéria já está incluída na pauta da sessão plenária marcada para esse dia.

Para o autor do projeto original, o ex-senador Odacir Soares, as limitações que o texto procura estabelecer, como a necessidade de autorização do policial de patente superior para o uso do capuz, pretendem evitar que os agentes sob disfarces atuem contrariamente às normas disciplinares, policiais e da própria Justiça.

Ele esclareceu que a utilização de capuzes ou similares decorre da necessidade de os agentes preservarem suas identidades, especialmente em razão de enfrentarem, nas ações policiais, organizações criminosas capazes de atos de retaliação e de vingança.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a matéria foi aprovada em caráter terminativo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), indicado para a relatoria, apresentou pa-



Romeu Tuma deu parecer favorável ao substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados

recer favorável ao substitutivo da Câmara. No entanto, Romeu Tuma esclarece, em seu parecer, que tem posição contrária ao artigo 3º do substitutivo, que estabelece a possibilidade de punição civil e criminal do policial que usar capuz ou qualquer outro meio impeditivo de identificação sem a devida autorização legal.

Para o senador, o certo seria responsabilizar a autoridade que comandou a operação e não o policial que usou o capuz. “Dis-

cordo, profundamente, por julgar que deva ficar claro que o responsável principal por eventuais excessos cometidos é a autoridade que decidiu abusivamente”, justificou Tuma, que, apesar disso, decidiu não oferecer texto novo ao substitutivo da Câmara.

A proposta também incluía a proibição de uso de máscaras, pinturas e outros meios capazes de impedir a identificação dos policiais.

Cientista político lança na Bahia livro editado pelo Senado

O cientista político Vamireh Chacon esteve presente ao estande do Senado na IV Feira Internacional do Livro da Bahia para divulgar o livro *Joaquim Nabuco – Revolucionário Conservador*, de sua autoria, recém publicado pelo Conselho Editorial do Senado. Chacon está em Salvador para tomar posse e lançar sua mais nova obra na Academia de Letras da Bahia e no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia.

— É uma novidade importante a presença ativa do Conselho Editorial e da Subsecretaria de Edições Técnicas na divulgação direta de publicações outrora desconhecidas — afirmou Chacon, acompanhado do professor e ex-secretário de Educação da Bahia Edvaldo Boaventura, encarregado de dar as boas-vindas ao novo membro da academia.

Chacon é diretor do Instituto de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e autor de outra obra publicada pelo Senado em 1997: *A História Institucional do Senado do Brasil*, que já está em sua segunda edição.

Além do livro de Chacon, o Senado apresenta em primeira mão ao público baiano outras três obras na Feira do Livro: *Rui – O Estadista da República*, de João Mangabeira, *Pensamento e Ação de Rui Barbosa* (coletânea de textos da Fundação Casa de Rui Barbosa) e *O Rio de Janeiro Como É*, de C. Schilichthorst.

A IV Feira Internacional do Livro da Bahia foi inaugurada na última sexta-feira pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e continua aberta até o próximo dia 27 no Centro de

Convenções de Salvador. Na abertura, foi inaugurada a Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional (RVBI). Também estiveram na feira e visitaram o estande do Senado Federal os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Djalma Bessa (PFL-BA).



Antonio Carlos assina o livro de presença no estande do Senado, diante da diretora da Biblioteca Luiz Viana Filho, Simone Bastos Vieira



Durante solenidade na Feira do Livro, Djalma Bessa, a atriz Fernanda Montenegro, Antonio Carlos Magalhães, o governador César Borges e Paulo Souto

Dutra defende o fim da reeleição para prefeito

Proposta de emenda constitucional a ser votada pela CCJ ainda neste semestre mantém a possibilidade de governadores e presidente da República disputarem um segundo mandato, desde que se afastem do cargo seis meses antes da eleição

Deve ser votada ainda neste semestre pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a proposta de emenda constitucional do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que extingue a possibilidade de reeleição para prefeitos. A proposta, no entanto, permite a reeleição de governadores e do presidente da República (como prevê a lei em vigência), desde que se desincompatibilizem dos cargos que estejam ocupando seis meses antes das eleições.

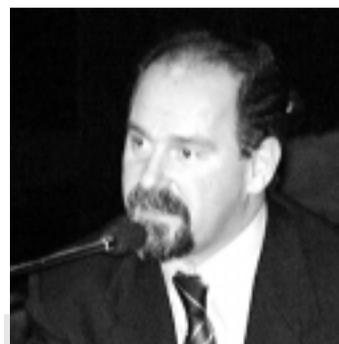
A iniciativa do senador faz parte

das propostas a serem apreciadas pela Comissão de Justiça dentro da chamada reforma político-partidária. No entender de José Eduardo Dutra, a reeleição para prefeitos leva as máquinas administrativas municipais a beneficiarem diretamente os chefes dos executivos locais, "alimentando a velha prática da política brasileira do tomá-lá-dá-cá".

Para o senador, a reeleição para prefeitos com desincompatibilização (afastamento do cargo por um certo período, no caso seis meses)

não funcionaria de forma adequada, pois falta à maioria dos municípios brasileiros elementos básicos para exercer um controle maior dos atos do Poder Executivo, realizado pela imprensa ou pela sociedade civil organizada.

Com exceção de poucos municípios, conforme observou Dutra, a grande maioria não possui um jornal local e, quan-



Reeleição permite o uso da máquina nos municípios, afirma José Eduardo Dutra

do isso ocorre, normalmente o dono é o próprio prefeito ou correliçãoário seu. Essa realidade, a seu ver, beneficia de forma clara o candidato-prefeito e tumultua a cabeça do eleitor por este desconhecer se o prefeito usou ou não dinheiro público

os prefeitos manipulem o dinheiro público como se fosse privado, "caracterizando a utilização da máquina administrativa em benefício próprio, ou seja, visando à reeleição".

Apesar de reconhecer que a Constituição de 1988 promoveu avanços em diversos setores, Dutra entende que os parlamentares pecaram ao aprovar a reeleição para os prefeitos. "Foi um erro cometido pelo Congresso Nacional ao acolher este instituto nos moldes em que está sendo praticado, sem qualquer controle efetivo", afirmou o senador, certo de que a aprovação de seu projeto viria fortalecer a democracia.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o coordenador de pós-graduação em Acupuntura da UnB, prof. Fernando Genschow, falam sobre a acupuntura e a medicina
7h30 - Entrevista - Sen. Clodoaldo Torres fala sobre o desarmamento
8h - *Jornal do Senado*
8h30 - *TV Escola - Trama do Olhar* - Brincar é também aprender
9h - *Cores do Brasil* - Pernambuco
9h30 - *Entrevista* - Sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a criação de novos estados e territórios
10h - Sessão Plenária (vivo)
Logo após - Subcomissão do Judiciário (gravado)
Logo após - Sessão Plenária (reapresentação)
19h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o coordenador de pós-graduação em Acupuntura da UnB, prof. Fernando Genschow, falam sobre a acupuntura e a medicina
20h30 - *Entrevista* - Sen. Clodoaldo Torres fala sobre

o desarmamento

21h - *Jornal do Senado*

21h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - *Agenda Senado*
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta - Edição Nordeste*
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste*
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Senador desafia governo a aprovar a quarentena

O senador José Eduardo Dutra definiu como um "factóide" as medidas anunciadas pelo governo para moralizar a administração pública e evitar o desvio de recursos do Estado. "Na verdade, o governo está tentando gerar fatos positivos, já que não tem capacidade para resolver os problemas que afetam diretamente os interesses da população", disse Dutra. Na opinião do parlamentar, o que o governo está apresentando como uma grande novidade já deveria ser uma prática na administração pública, independentemente de leis.

— É mais uma tentativa de estabelecer a ilusão de que, a partir da aprovação desse pacote, vai-se acabar com a corrupção e ter

mecanismos eficazes para combatê-la — declarou o senador.

Uma das medidas analisadas pelo parlamentar foi a quarentena imposta a servidor público após a saída do governo. Dutra disse que essa é uma exigência pela qual a oposição já se bate há muito tempo. Ele lembrou que, no caso dos dirigentes do Banco Central, existe um projeto de Itamar Franco aprovado no Senado há mais de dez anos e até hoje aguarda deliberação da Câmara.

PROJETO

O senador observou que, se o governo realmente quer agora aprovar a quarentena para os servidores da administração direta, incluindo os dirigentes de agências e detentores de cargos no

Banco Central, a oposição espera que Fernando Henrique Cardoso use sua maioria na Casa para aprovar aquilo que aguarda votação há tanto tempo.

Na opinião de Dutra, o governo não quer resolver problemas como taxa de juros e desemprego, preferindo inventar fatos que dêem a entender que está agindo. "Agora, o que salta aos olhos é que o governo resolveu colocar o cadeado depois da porta arrombada", comentou ainda o parlamentar. Ele lembrou que esse mesmo governo vem fazendo tudo para abortar a idéia de instalar-se uma CPI para investigar as relações do ex-juiz Nicolau dos Santos com o ex-secretário-geral da Presidência Eduardo Jorge.

Acupuntura é tema do programa *Cidadania*



Althoff, relator do projeto, é um dos entrevistados

O exercício da acupuntura é o tema do programa *Cidadania*, da TV Senado, que vai ao ar hoje,

às 6h30 e 19h30. Os entrevistados do programa são o diretor de Ensino da Sociedade Médica Brasileira de Acupuntura, Fernando Genschow, e o senador Geraldo Althoff (PFL-SC). O senador é relator de projeto, em tramitação na Comissão de Educação do Senado, que regulamenta a prática da acupuntura no país. Geraldo Althoff destaca, na entrevista, que a acupuntura é um processo terapêutico que requer um diagnóstico, o que apenas médicos seriam capazes de fazer. Ele observa que a técnica tem caráter invasivo e, por isso, "exige um conhecimento que apenas os médicos têm".

Mozarildo analisa a criação de estados



A criação de novos estados e territórios é o tema da entrevista do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que a TV Senado apresenta hoje, às 9h30. Proposta do senador, criando três novos estados a partir da divisão dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará, já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Mozarildo afirma que a divisão geográfica hoje favorece o Brasil do litoral, acrescentando que o Centro-Oeste e o Norte "são o quintal do Brasil". O senador argumenta que é preciso desenvolver estas áreas, observando que, quanto maior o estado, mais difícil é para o governo administrá-lo por estar distante dos moradores de cidades afastadas da capital.



Mozarildo: divisão favorece o Brasil do litoral

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Moreira quer mutirão contra violência

Somente o esforço conjunto do governo e da sociedade poderá reduzir a criminalidade que atinge o país, disse o senador, que defendeu também a redução da maioria penal para 16 anos

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou sua preocupação com a violência crescente no país. Ele fez apelo aos senadores e à sociedade brasileira para se engajarem na cruzada de combate à violência, proposta pelo governo federal. Segundo disse, somente um esforço conjunto da União, estados e municípios, ao lado de parlamentares e setores relevantes da sociedade como sindicatos, organizações não-governamentais, igrejas e a própria família, poderá impedir que o Brasil se transforme numa segunda Colômbia.

— Muito mais conscientes que suas vítimas, os agentes criminosos agem coletivamente. Daí o sucesso de suas ações, das armas sofisticadas, da intimidação, do medo imposto e do aparato bélico utilizados numa verdadeira guerra interna. Tivessem os cidadãos brasileiros essa mesma conscientização, seguramente a violência morreria



Moreira Mendes: criminosos têm sucesso em suas ações porque agem coletivamente

por inanição — afirmou.

Moreira Mendes defendeu a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, por entender que o Estatuto da Criança e do Adolescente está ultrapassado nesse ponto. Ele citou dados da Polícia Militar de São Paulo apontando que 75% dos crimes violentos ocorridos na capital são cometidos por jovens na faixa entre 14 e 18 anos. “Como continu-

ar considerando traficantes, esturpradores e homicidas como crianças, somente porque não completaram 18 anos?”, perguntou.

Segundo o senador, a campanha eleitoral vem mostrando que a principal reivindicação dos eleitores aos futuros prefeitos é o combate à violência. Dados de pesquisa do Data-Folha, disse, mostram que 64% dos entrevistados paulistanos citam a violência como prioridade, antes mesmo de providências relativas a saneamento básico, estradas, moradias e ações que minimizem as taxas de desemprego.

RESPONSABILIDADE

Moreira lembrou que o governo federal, ao anunciar em junho seu Plano Nacional de Segurança Pública, assumiu parte da responsabilidade no combate à violência, mas deixou claro que os estados são ineficientes na contenção dos índices de criminalidade.

— Diante da porta arrombada, o

cidadão brasileiro não pode continuar de braços cruzados esperando que os governos federal e estaduais coloquem as trancas. Nos países mais civilizados do mundo, a segurança pública é discutida com toda a sociedade. Afinal, por ser essa mesma sociedade a vítima de todas as ações de violência, somente ela pode apontar as soluções — afirmou.

Ao concluir seu pronunciamento, Moreira Mendes ressaltou que, nos últimos dez anos, o Brasil saltou 50 anos em tecnologia e economia de mercado. Essa inserção na globalização, entretanto, apontou, não estimulou “a conscientização social que a modernidade cobra de todos”. Para o senador, “se ontem cada brasileiro era responsável somente pelo lugar que ocupava na sociedade, hoje esse papel é dividido por todos, e a violência que ontem atingia o vizinho hoje sujeita todos aos seus ditames”.



Ademir Andrade manifestou seu apoio ao trabalho de denúncia realizado pela CPT na região

Ademir pede ações contra conflitos no sul do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez apelo à Mesa do Senado para que formule representação destinada ao governador do Pará, Almir Gabriel, e ao ministro da Justiça, José Gregori, no sentido de coibir a violência policial que vem ocorrendo na região sul daquele estado. O parlamentar informou ter recebido correspondência da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Xinguara com denúncias de violências praticadas por policiais civis e militares, inclusive contra crianças e adolescentes.

O documento, informou Ademir Andrade, é assinado pelo frei Henri Burin des Rozières, religioso que tem “uma atuação corajosa ao defender os menos favorecidos” na região sul do Pará. Na carta, acrescenta o parlamentar, a Comissão Pastoral de Xinguara denuncia que delegados, policiais e investigadores praticam torturas contra crianças e assim mesmo continuam nos seus postos exercendo suas funções.

— Gostaria de manifestar o meu apoio ao trabalho da CPT no Pará e a todos os que têm tido a coragem de não se calar diante das injustiças e das barbaridades que têm sido cometidas naquela região, que hoje parece mais uma terra sem lei — frisou o senador.

Ademir Andrade afirmou que a violência praticada na região não se resume aos conflitos de terra. Segundo disse, os crimes do latifúndio ainda ocorrem com frequência, tornando-se conhecidos nacional e internacionalmente, e muitas vezes custa a vida de quem tem coragem de denunciar.

— Cito, como exemplo, os vários membros da família Canuto, o sindicalista Expedito Ribeiro, do município de Rio Maria, e muitos outros como os deputados Paulo Fonteles e João Batista, este último assassinado no exercício do mandato parlamentar — destacou Ademir Andrade.

Inaugurada no Congresso exposição de fotos sobre assassinatos

Uma exposição com centenas de fotos de vítimas da violência urbana foi inaugurada ontem no Congresso Nacional. São 12 painéis, dispostos na Chapelaria, com fotos de pessoas assassinadas em grandes cidades brasileiras. O material foi selecionado entre milhares de fotografias que ficaram expostas em capitais brasileiras, no dia 7 de julho, como parte da campanha “Basta, eu quero paz”. Segundo o antropólogo Rubem César Fernandes, coordenador do Movimento Viva Rio, que está à frente da campanha, a intenção é sensibilizar, com a mostra, os parlamentares para a questão da violência, e que seja aprovada uma nova legislação.

— Essa exposição é muito importante. Não foi fácil, para as pessoas, colarem nos painéis dispostos em praças públicas fotos de seus amigos e parentes assassinados. Só no Rio de Janeiro, eram 150 metros de fotos — explicou Rubem César.

O antropólogo espera que o projeto apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), limitando a venda de armas, seja apreciado pelo Plenário do Senado ainda em setembro. Segundo disse, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães,



A mostra, na Chapelaria, traz fotografias de pessoas assassinadas em grandes cidades brasileiras

teria garantido que os projetos, já aprovados pela CCJ, terão urgência na tramitação.

Além da proibição de venda de

armas para civis — tendo como exceção apenas as espingardas para moradores de áreas rurais e as armas destinadas a esportistas e co-

leccionadores —, Rubem César propôs a “desconstitucionalização da segurança pública”, visando facilitar as políticas de segurança dos governos estaduais. Segundo o coordenador do Viva Rio, o presidente Fernando Henrique Cardoso apoiaria a idéia, e o senador José Roberto Arruda teria assegurado que irá apresentar projeto nesse sentido. Outras idéias levadas ao presidente pela campanha de combate à violência são o aumento do controle das fronteiras federais, para evitar a entrada de armamentos, e a criação de um fundo de apoio ao supletivo de 1º grau. De acordo com Rubem César, 52% dos jovens brasileiros de 17 a 29 anos não chegaram à oitava série, o que justificaria a criação do fundo.

Clodoaldo Torres fala à TV Senado sobre o tema



A TV Senado apresenta hoje, às 7h30 e 20h30, entrevista com o senador Clodoaldo

Torres (PTB-PE) sobre desarmamento. Segundo ele, o Senado votará em setembro projeto de lei que proíbe a fabricação, venda e posse de arma de fogo no país. A posse de armamento, segundo a proposta,

ficará restrita às Forças Armadas, polícias, empresas de segurança e de transporte de valores, moradores de área rural, colecionadores, clubes de tiro e caça e agentes de trânsito e de fiscalização ambiental.

A proposta é um substitutivo do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (CCJ), a três projetos sobre o tema. Pelo texto, as pessoas que possuem qualquer armamento estarão obrigadas a devolvê-lo às Forças Armadas ou às polícias Federal ou Civil. A proposta também suspende por um ano novas autorizações para o funcionamento de empresas de segurança e transporte de valores.